

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA
Integração Paraguai-Brasil: Relações Bilaterais, Desenvolvimento e Fronteiras

Mancha Urbana na Tríplice Fronteira: Paraguai, Brasil e Argentina – Crescimento Urbano, Desafios e a Potencial Cooperação Regional no Âmbito do Mercosul

Mancha Urbana en la Triple Frontera: Paraguay, Brasil y Argentina – Crecimiento Urbano, Desafíos y la Potencial Cooperación Regional en el Ámbito del Mercosur

Claudia Moreira Garcia

Orientador: Anibal Orue Pozzo

Resumo: O presente artigo vai analisar o processo de formação e os impactos surgidos a partir da conurbação dos municípios da Tríplice Fronteira entre Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina), uma das áreas mais dinâmicas e complexas da América do Sul. A metodologia utilizada tem caráter qualitativo e exploratório baseando-se em documentos, dados demográficos do IBGE, IPEC e INE, imagens de satélite, usadas para verificar a expansão urbana, as assimetrias socioeconômicas e ambientais da região, culminando com propostas e estratégias de governança cooperativa no contexto do Mercosul. O estudo mostrou que a tríplice fronteira é uma metrópole transfronteiriça em processo de formação, com intensa interdependência econômica, social e cultural, mas com falta de uma governança mais integrada. A *Ciudad Del Este*, apresenta um crescimento urbano intenso, associado a um processo de verticalização e um crescimento populacional irregular, já Foz do Iguaçu o crescimento é orientado visando aspectos seus turísticos e Puerto Iguaçu tem seu crescimento limitado por questões legais. Essas diferenças revelam que existe um desequilíbrio em infraestrutura, educação e saúde — áreas em que o Brasil se sobressai devido a presença do Sistema Único de Saúde (SUS) e as universidades públicas. O estudo mostra a importância das relações internacionais dos governos locais e da presença das universidades, para a integração regional, embora estas iniciativas enfrentem barreiras institucionais e jurídicas. Em comparação com exemplos europeus (Euroregiões), percebeu-se que a ausência de mecanismos formais de cooperação e financiamento conjunto limita o potencial de consolidação de políticas públicas compartilhadas. Por fim a Tríplice Fronteira é um espaço de integração cotidiana e contradições estruturais, no qual coexistem cooperação e tensões ligadas à economia informal, à pressão ambiental e às diferenças institucionais. Como recomendação, o estudo aponta a necessidade da criação de um Consórcio Trinacional de Municípios, inspirado nas práticas europeias, para o desenvolvimento de planos conjuntos de mobilidade, saúde, educação e gestão ambiental. O estudo reafirma que a região deve ser compreendida não como três

ciudades vizinhas, mas como uma unidade urbana e social interdependente, cuja consolidação depende da articulação multilateral e do fortalecimento do Mercosul.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira; Conurbação Transfronteiriça; Governança Regional; Mercosul; Desenvolvimento Urbano.

Resume: El presente artículo analizará el proceso de formación y los impactos surgidos a partir de la conurbación de los municipios de la Triple Frontera entre Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguay) y Puerto Iguazú (Argentina), una de las áreas más dinámicas y complejas de América del Sur. La metodología utilizada es de carácter cualitativo y exploratorio, basándose en documentos, datos demográficos del IBGE, IPEC e INE, e imágenes satelitales, utilizadas para verificar la expansión urbana, las asimetrías socioeconómicas y ambientales de la región, culminando con propuestas y estrategias de gobernanza cooperativa en el contexto del Mercosur. El estudio mostró que la triple frontera es una metrópolis transfronteriza en proceso de formación, con una intensa interdependencia económica, social y cultural, pero con falta de una gobernanza más integrada. Ciudad del Este presenta un crecimiento urbano intenso, asociado a un proceso de verticalización y un crecimiento poblacional irregular; Foz do Iguazu tiene un crecimiento orientado por sus aspectos turísticos; y Puerto Iguazú ve su crecimiento limitado por cuestiones legales. Estas diferencias revelan que existe un desequilibrio en infraestructura, educación y salud, áreas en las que Brasil se destaca debido a la presencia del Sistema Único de Salud (SUS) y las universidades públicas. El estudio muestra la importancia de las relaciones internacionales de los gobiernos locales y de la presencia de las universidades para la integración regional, aunque estas iniciativas enfrenten barreras institucionales y jurídicas. En comparación con ejemplos europeos (Euroregiones), se percibió que la ausencia de mecanismos formales de cooperación y financiamiento conjunto limita el potencial de consolidación de políticas públicas compartidas. Finalmente, la Triple Frontera es un espacio de integración cotidiana y contradicciones estructurales, en el cual coexisten la cooperación y las tensiones ligadas a la economía informal, la presión ambiental y las diferencias institucionales. Como recomendación, el estudio apunta a la necesidad de crear un Consorcio Trinacional de Municipios, inspirado en las prácticas europeas, para el desarrollo de planes conjuntos de movilidad, salud, educación y gestión ambiental. El estudio reafirma que la región debe ser comprendida no como tres ciudades vecinas, sino como una unidad urbana y social interdependiente, cuya consolidación depende de la articulación multilateral y del fortalecimiento del Mercosur.

Palabras clave: Triple Frontera; Conurbación Transfronteriza; Gobernanza Regional; Mercosur; Desarrollo Urbano.

1. Introdução

A tríplice fronteira sul, composta pelos países Brasil, Paraguai e Argentina, representados por 3 cidades principais - Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu - e três que hoje podemos chamar de satélites - Hernandárias, Presidente Franco e Minga Guazú no Paraguai -, é uma das fronteiras da América do Sul onde a circulação de pessoas e produtos é mais intensa.

Para entendermos melhor esta dinâmica, é necessário conhecer um pouco de sua história, em como estas cidades evoluíram ao longo do tempo para chegarem a fazer parte desta grande mancha urbana que hoje é a Tríplice Fronteira. Este núcleo urbano deste território transfronteiriço, apresenta uma dinâmica de expansão demográfica e territorial que vai refletir tanto o crescimento econômico, quanto aos desafios da chamada governança compartilhada.

Foz do Iguaçu teve como primeiros habitantes as comunidades indígenas guarani e kaingang. Em 1889, uma comissão do Exército Brasileiro se estabeleceu na região para desbravá-la. Anos depois, em 1914, Foz do Iguaçu foi oficialmente elevada à categoria de cidade, ainda marcada pela presença de militares, tanto os que já habitavam a área quanto os que chegaram posteriormente, oriundos da Coluna Prestes, que ali se instalaram nos primeiros anos (ARAUJO, s/d)

O crescimento populacional de Foz do Iguaçu ganhou novo impulso durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, quando a cidade recebeu mais de 100 mil novos moradores. Essa foi uma forte onda migratória interna, principalmente de pessoas vindas da região Sudeste, que contribuíram para o povoamento da cidade. Desde então, o desenvolvimento de Foz do Iguaçu tem se consolidado em torno da Itaipu, do turismo e do comércio (ARAUJO, s/d).

De acordo com o IBGE (2022), o município possui atualmente cerca de 285.415 habitantes e uma área de aproximadamente 617,7 km². Sua economia está fortemente vinculada aos produtos e serviços ligados ao turismo, à presença da Itaipu Binacional e às instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, que também contribuem para essa dinâmica econômica e social.

Já Puerto Iguazú, na Argentina, originou-se como um pequeno povoado portuário chamado Puerto Aguirre ligado à navegação fluvial e foi crescendo como um ponto de apoio logístico e turístico, sendo instituída como cidade em 1901. A sua

colonização trouxe para cidade uma expansão urbana, marcada por um traçado desordenado, com muitas deficiências e uma infraestrutura básica. Hoje ainda apresenta contrates, principalmente por causa do turismo. Um lado turismo internacional com hotéis de alto padrão e do outro grandes desigualdades socioespaciais. Não podemos deixar de verificar a ocupação em áreas de preservação e próximos aos corpos de água. A população atual de Puerto Iguazu, é de 54.675 habitantes e uma área de 11,5 km² (IPEC, 2023).

No Paraguai, Ciudad del Este foi fundada em 1957 com o nome de Puerto Flor de Lis, depois renomeada para Puerto Presidente Stroessner e, finalmente, para o nome atual em 1989, após a queda do regime ditatorial. Sua fundação está ligada à construção da Ponte da Amizade (1965), que a conectou diretamente a Foz do Iguazu, impulsionando seu rápido crescimento comercial. Hernandarias, criada em 1956, surgiu como uma vila operária próxima à área onde seria construída a Usina de Itaipu, tornando-se posteriormente um centro tecnológico e agrícola. Minga Guazú e Presidente Franco também cresceram no contexto da colonização agrícola promovida pelo Estado paraguaio durante o século XX e se consolidaram como áreas de apoio econômico à região. Assim, o desenvolvimento das cidades da Tríplice Fronteira está intrinsecamente ligado a fatores geopolíticos, obras de infraestrutura e dinâmicas transfronteiriças que moldaram essa zona como um polo estratégico de integração regional. No caso paraguaio é importante destacar que a região concentra aproximadamente 63% da população da tríplice fronteira.

Ciudad del Este se destaca como o município mais populoso, seguida de Foz do Iguazu. A superfície territorial desses municípios também varia significativamente, o que influencia a distribuição populacional, as infraestruturas urbanas e o planejamento territorial.

Além da dimensão atual, é importante considerar a linha temporal de fundação das cidades, que revela o ritmo e as motivações históricas da ocupação da região, desde fins do século XIX até meados do século XX (Tabela 1)

Tabela 1 – Datas de Fundação dos Municípios

Município	País	Data de Fundação
Foz do Iguazu	Brasil	1914
Puerto Iguazú	Argentina	1901
Ciudad del Este	Paraguai	1957

Presidente Franco	Paraguai	1929
Hernandarias	Paraguai	1896
Minga Guazú	Paraguai	1958

A urbanização acelerada nas últimas décadas, estimulada pelo turismo, pelo comércio fronteiriço e pela presença da Usina Hidrelétrica de Itaipu, impulsionou o crescimento das manchas urbanas, criando um espaço altamente interconectado e, ao mesmo tempo, permeado por desafios socioambientais e políticos (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados Populacionais e Superfície dos Municípios da Tríplice Fronteira

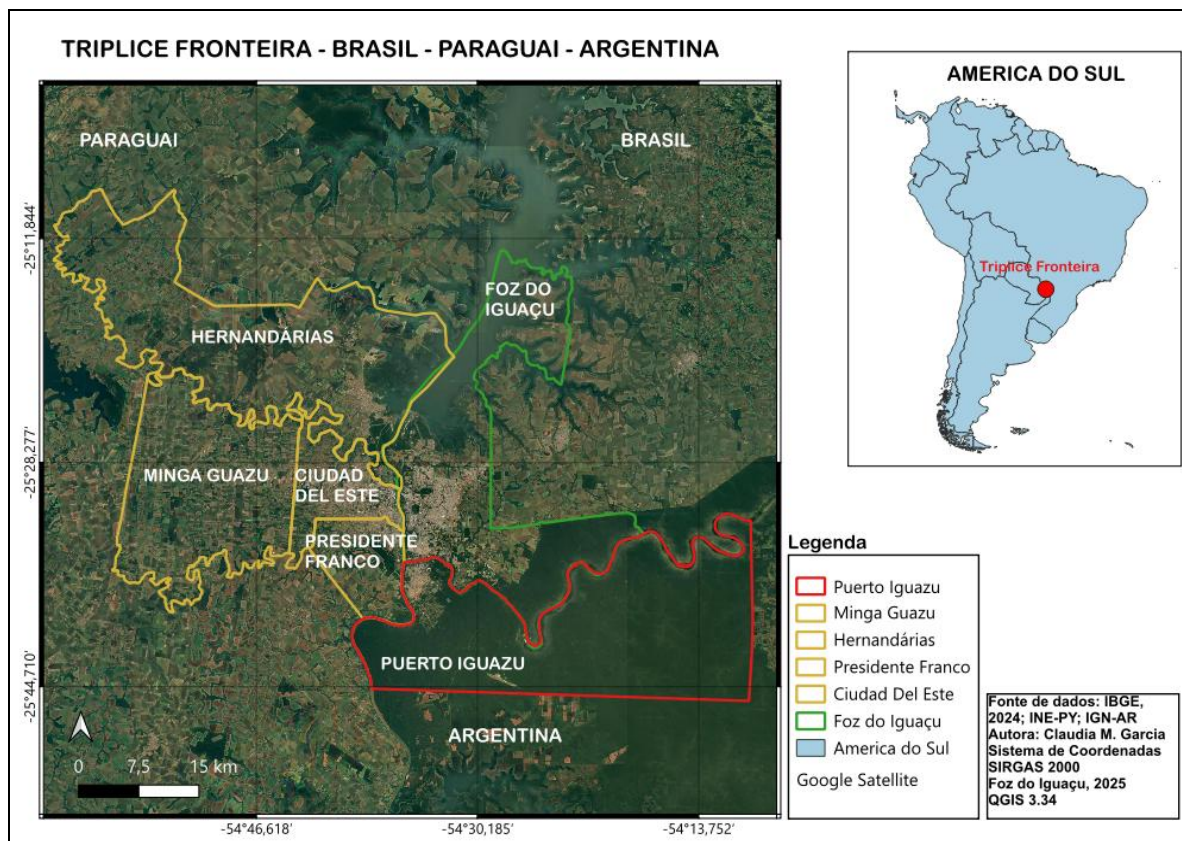
Município	País	População Estimada (Hab)	Área Territorial (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Foz do Iguazu	Brasil	285.415	617,7	462,06
Puerto Iguazú	Argentina	45.584	766	59,50
Ciudad del Este	Paraguai	325.819	104	3.132,9
Presidente Franco	Paraguai	88.744	122	727,4
Hernandarias	Paraguai	83.285	243	342,7
Minga Guazú	Paraguai	81.072	483,6	167,6
Total	—	909.919	—	

Fonte: INE, 2022; IBGE, 2022, INDEC, 2022

Esses dados contribuem para entender a heterogeneidade histórica e geográfica dos municípios que compõem a Tríplice Fronteira, evidenciando que, apesar das diferentes trajetórias de fundação e desenvolvimento, o processo de urbanização tem sido acelerado e marcado por intensas relações transfronteiriças. Essa realidade reforça a necessidade de pensar políticas públicas integradas e cooperação regional no âmbito do Mercosul, especialmente para o enfrentamento dos desafios urbanos, ambientais e de mobilidade que caracterizam este espaço.

É um espaço urbano dinâmico e complexo, diferentemente de áreas metropolitanas tradicionais. Essa região carece de uma governança centralizada, como isto não ocorre, resulta em um crescimento desordenado, com infraestrutura precária e disparidades socioeconômicas. Este fato pode ser observado, ao visualizarmos uma imagem de satélite da região, quando se observa a presença de apenas uma mancha urbana (Figura 1), diferenciando-se apenas pelos acidentes geográficos naturais.

Figura 1 - Mancha Urbana da Tríplice Fronteira Sul – Paraguai-Brasil-Argentina



Independente da integração física, as políticas públicas utilizadas por estes países, ainda não são totalmente integradas, criando desafios e oportunidades tanto para um lado, quanto para o outro. A tríplice fronteira é reconhecida por sua intensa atividade econômica, cultural e educacional por conta de suas universidades. Esta região é impulsionada pelo fluxo diário e contínuo de pessoas e mercadorias, funcionando como um espaço de circulação, onde o comércio transnacional e o turismo, acabam por desempenhar o papel central da economia local. Segundo um estudo realizado por universidade local (UDC, 2022), transitam na Ponte da Amizade, diariamente 82 mil pessoas e 70 mil veículos (AVELAR e SCHNEIDER, 2022; H2FOZ, 202).

Como a grande mancha urbana da Tríplice Fronteira influencia as dinâmicas locais em educação, saúde e economia, quais políticas poderiam transformá-la em um “polo regional integrado”? O objetivo deste artigo é analisar as características da mancha urbana transfronteiriça, identificando impactos na saúde, educação e economia e a partir disto propor estratégias de governança cooperativa a partir do MERCOSUL.

A metodologia aplicada relaciona-se a uma abordagem qualitativa e exploratória, através de consulta a fontes de dados, análise documental, imagens de satélite, artigos relacionados ao tema.

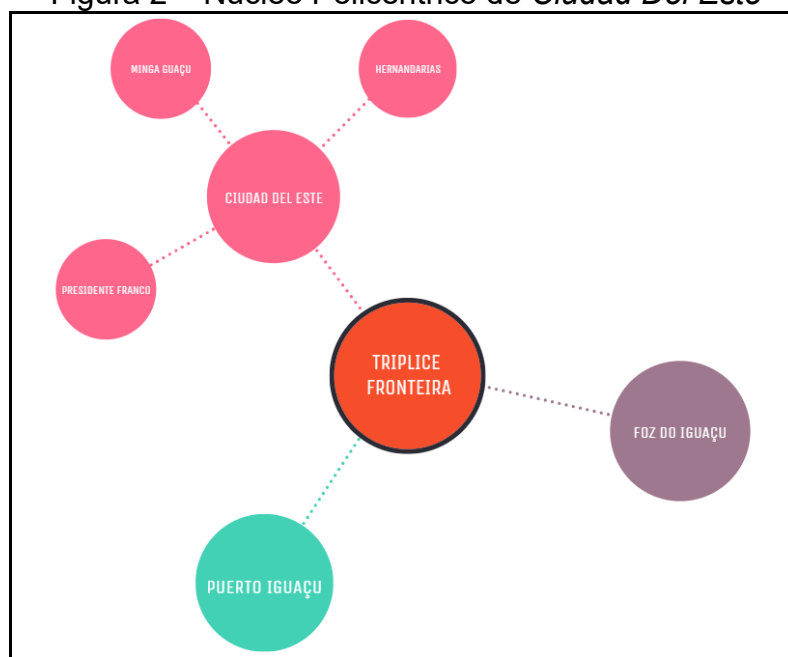
2. Crescimento Urbano e a Formação de uma Metrópole Transfronteiriça

A Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai) é um exemplo representativo do que é um “espaço integrado”, onde as fronteiras políticas nacionais não correspondem plenamente às dinâmicas socioespaciais que unem as cidades de *Ciudad del Est* (PY) – representado também pelas cidades satélites Hernandárias, Minga Guazú e Presidente Franco-, *Puerto Iguazú* (AR) e Foz do Iguaçu (BR)¹. Como destacam Raffestin (1993) e Haesbaert (2014), o território não se limita apenas aos limites geográficos, mas é produzido por “relações de poder, fluxos e apropriações cotidianas”.

No caso paraguaio, é impossível compreender *Ciudad del Este* de forma independente de *Hernandarias*, *Presidente Franco* e *Minga Guazú* pois formam com ela, uma mancha territorial única, cujas funções urbanas, comerciais, residenciais e laborais se complementam. O crescimento urbano acelerado, somado às interdependências econômicas, torna esse conjunto um “núcleo policêntrico” (Figura 2). Compreendemos como núcleo policentrico “uma área urbana com pluralidade de centros, variando de acordo com a perspectiva espacial, social, econômica e histórica da pesquisa” (PESSOA, 2011, p. 299).

¹ Este trabalho faz referências aos conceitos de *mancha urbana transfronteiriça*, *conurbação transfronteiriça*, *metrópole transfronteiriça* e *metrópole regional transnacional* são utilizados de forma complementar, mas não sinônima. A mancha urbana refere-se à continuidade física da ocupação; a conurbação indica a fusão morfológica de cidades; a metrópole transfronteiriça enfatiza a integração funcional além das fronteiras nacionais; e a metrópole regional transnacional, utilizada de forma analítica neste estudo, refere-se a uma aglomeração urbana com centralidade regional que ultrapassa os limites estatais, sem reconhecimento jurídico formal.

Figura 2 – Núcleo Policêntrico de *Ciudad Del Este*



Organização: Garcia, 2025.

Na região da Tríplice Fronteira, a conurbação internacional e/ou as chamadas cidades gêmeas - Foz do Iguazú (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina)) - acabam evidenciando uma interdependência funcional: o comércio em *Ciudad del Este* sustenta-se por consumidores brasileiros, o turismo nas Cataratas do Iguazú integra infraestruturas dos três países, e os fluxos migratórios criam identidades híbridas que transcendem as barreiras estatais (SANTA BARBARA e HAESBAERT, 2009). Essa integração desafia a noção clássica de soberania, revelando um “território-relação”, definido por Raffestin (1993) como “fronteiras políticas que não coincidem com as dinâmicas socioespaciais”, sendo moldado por práticas sociais e econômicas compartilhadas (RAFFESTIN, 1993 e HAESBAERT, 2014).

O que podemos ver, é que essa integração acaba vivenciando tensões estruturais, por um lado os Estados Nacionais que insistem nessa lógica zonal, através do controle migratório e fiscalização aduaneira, de outro a população local opera em redes transfronteiriças, como por exemplo o comércio e a mobilidade laboral.

É nesse contexto que encontramos a *economia informal*, que os Estados Nacionais os denominam, constitui para aqueles que estão trabalhando, uma economia formal, pois famílias inteiras vivem dessas práticas por anos, estruturando sua vida social e econômica em torno delas. A diferença principal entre a economia

formal e a informal está na regulação: pois a formal se caracteriza pela legalização, registro tributário e integração aos sistemas estatais de controle, e a informal é marcada por não existirem estas regulamentações, mas não pela ausência de organização (THEODORO, 2002). Na tríplice fronteira, o comércio informal de mercadorias, o transporte irregular de produtos e até a mobilidade laboral transnacional funcionam como redes estáveis, previsíveis e socialmente reconhecidas, ainda que à margem da legalidade.

Haesbaert (2014) vai chamar essas redes de movimentos de “transterritorialidade”, termo também utilizado por Valenzuela Arce (2014), para enfatizar a fluidez cultural em um mundo globalizado, onde as fronteiras funcionam tanto como barreiras quanto como pontes para novas formas de identidade. Nesse sentido, a chamada economia informal subverte fronteiras ao mesmo tempo que precisa delas para sobreviver, configurando uma lógica própria de funcionamento social e econômico na região. Percebe-se que a mesma região que é palco de cooperação binacional, também é alvo de discursos securitizados, que a associam a riscos como o crime organizado. Este fato reflete a disputa entre territorialidades, a rigidez estatal e a reinvenção do espaço construído pelos grupos locais a partir de suas necessidades.

Raffestin (1993) e Haesbaert (2014) colocam que para compreender uma região como a Tríplice Fronteira, é necessária uma visão multiescalar um espaço integrado. Em uma perspectiva macro, a região é um ponto estratégico para o Mercosul e para projetos de infraestrutura regional, como a Hidroelétrica de Itaipu e a futura Rota Bioceânica. Já numa escala micro o território se mostra como um mosaico de territorialidades vividas, desde a migração pendular diária até as comunidades binacionais que reivindicam direitos sociais transnacionais.

Essa convivência, não resulta num espaço plenamente integrado. Ao contrário, evidencia fragmentações — como a diferenciação entre áreas centrais e periféricas em cada cidade fronteiriça — e conflitos, nas disputas por recursos urbanos, uso do solo e segurança. Junto com estes aspectos surge um conjunto de assimetrias: econômicas (o dinamismo comercial de *Ciudad del Este* frente à maior oferta de serviços públicos em Foz do Iguaçu), sociais (desigual acesso à saúde e educação transfronteiriça, marcada pela presença do SUS no Brasil, com a medicina gratuita) e políticas (diferenças na capacidade institucional e de governança entre os três países).

Tais elementos demonstram que a integração é marcada por tensões e resistências, como as práticas cotidianas de moradores que desafiam a rigidez da fronteira

Assim sendo, podemos dizer que a Tríplice Fronteira não é um espaço integrado, mas um laboratório de reconfigurações territoriais, onde o global, marcado pelas relações financeiras e turismo, e o local, representado pelas culturas e identidades locais se entrelaçam de forma dinâmica e muitas vezes de forma contraditória.

2.1 A formação da mancha urbana transfronteiriça Paraguai-Brasil-Argentina

O processo de crescimento das cidades da Tríplice Fronteira, levando-se em consideração as duas principais cidades - Foz do Iguaçu e *Ciudad Del Este* tem ocorrido de forma individualizada, se visualizarmos apenas as duas. Mas não podemos desconsiderar *Puerto Iguaçu* que já apresenta um crescimento sem uma estrutura urbana. No caso de *Ciudad Del Este*, temos a associação de mais três municípios: *Hernandarias*, *Presidente Franco* e *Minga Guazú*, que crescem de maneira integrada. Este fato vai impor uma série de desafios a gestão urbana destes municípios, bem como a desafios ambientais, no âmbito local e regional, todo este processo mostra como é difícil uma realidade metropolitana transfronteiriça, quando pensamos em uma “metrópole regional transnacional”.

Este termo “metrópole regional transnacional” é figurativo, pois o termo não existe efetivamente, ele está arraigado a interpretação de autores de acordo com suas pesquisas, mas na interpretação desta autora, diz respeito a “aglomerações urbanas com capacidade de centralidade regional, os quais extrapolam os limites territoriais de um único país”. No trabalho de Decoville *et al.* (2013, p. 2) ele vai definir este termo como: "regiões urbanas funcionais que cruzam uma ou mais fronteiras internacionais, formando unidades integradas de atividades econômicas, mobilidade laboral e dinâmicas residenciais", conceito muito próximo do que acontece com a tríplice fronteira Paraguai-Brasil-Argentina (estas questões serão aprofundadas em outro tópico)

Ao se estudar a mancha urbana da tríplice fronteira (Foz do Iguaçu, -, Puerto Iguaçu, incluindo aí, Minga Guazú, Presidente Franco e Hernandárias), percebe-se a dinamicidade desta fronteira. Seu crescimento esteve diretamente ligado a três

eventos principais: a construção da Ponte Internacional da Amizade em 1965 e a represa de Itaipu entre a década de 70 e 90, com a ocupação das regiões de Alto Paraná e Canindeyú. García-Calabrese *et al.* (2021) fizeram um estudo sobre esta dinâmica urbana-populacional, em um recorte temporal de 35 anos (1985-2020), avaliando o crescimento urbano e o crescimento populacional das duas principais cidades Foz do Iguaçu, *Ciudad Del Este* indicando um avanço significativo deste processo na cidade Paraguaia conforme mostra a tabela 3

Tabela 3 – Crescimento da mancha urbana de *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu

Indicador	Ciudad del Este (Paraguai)	Foz do Iguaçu (Brasil)
Expansão da mancha urbana (10 km de raio)		
- 1985	15% (1.182 ha)	15% (2.381 ha)
- 2000	40% (3.102 ha)	34% (5.273 ha)
- 2010	61% (4.742 ha)	38% (5.989 ha)
- 2020	66% (5.146 ha)	39% (6.088 ha)
Crescimento total (1985–2020)	+335%	+82%
Padrão de ocupação	Intenso e verticalizado (eixo sul)	Disperso e orientado ao turismo (eixo leste)

Baseado no trabalho de García-Calabrese *et al.* 2021.

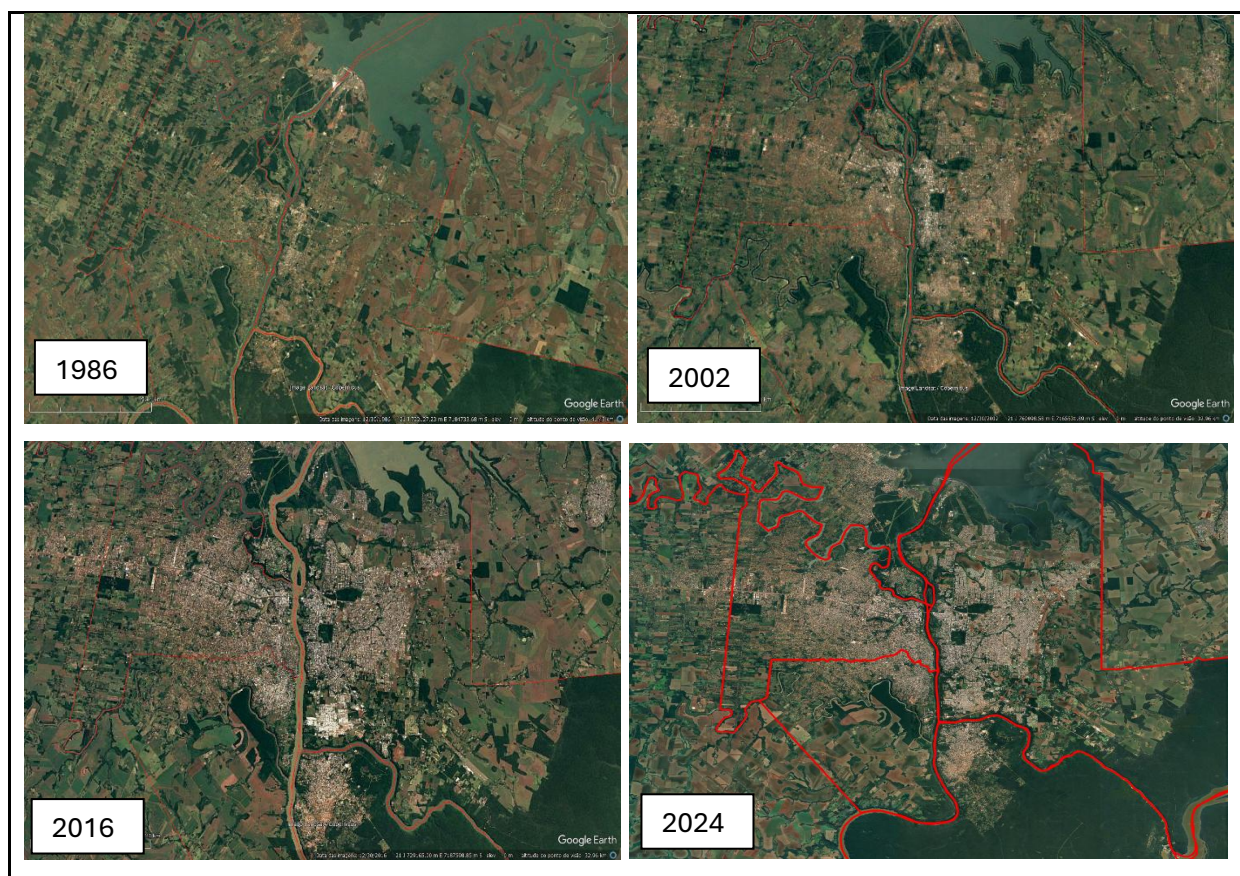
O aumento da mancha urbana está diretamente relacionado ao crescimento populacional e deve ser visto como fatores que vem diferenciar as duas principais cidades da tríplice fronteira, isto porque observa-se um aumento significativo da população na cidade paraguaia, ao contrário da cidade brasileira. No caso do trabalho de García-Calabrese *et al.* (2021), os dados populacionais foram atualizados para ambas as cidades, com os censos de 2022 através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do INE - Instituto Nacional de Estadística del Paraguay. Esta atualização vai trazer um recorte temporal de 40 anos, conforme mostrado na tabela 4.

Tabela 4 - Crescimento populacional de acordo com respectivos censos
Ciudad del Est Foz do Iguaçu

	1982	2022	1980	2022
	62.328 hab.	325.819 hab	136.352 hab.	285.415 hab
Crescimento Aproximado	≈ 422,75%		≈ 109,32%	

Analisando os dados apontados e o trabalho já relacionado, evidenciam que a relação entre crescimento populacional e expansão territorial ocorreram em ambos os casos, mas com consequências distintas — adensamento caótico em *Ciudad del Este* e pressão sobre áreas naturais em Foz do Iguaçu, como nas margens do Rio Paraná e do Rio Iguaçu, além do entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Este adensamento caótico e o avanço em áreas naturais podem ser observados na figura 3, em uma linha de tempo com imagens ilustrativas de satélite do google Earth (1986, 2002, 2016, 2024)

Figura 3 – Imagens ilustrativas da Tríplice Fronteira (1986, 2002, 2016, 2024)



Google Earth, 2025

Ao observar-se a figura 3 podemos verificar que a imagem de 1986 é marcada por uma paisagem predominantemente agrícola, onde as manchas urbanas apresentam-se compactadas, principalmente *Ciudad Del Este* e Foz do Iguaçu. O entorno destas duas cidades é marcado por áreas de cultivo e fragmentos de vegetação;

Em 2002 já se pode ver uma expansão significativa do perímetro urbano, direcionado para as margens dos rios e áreas de conexão entre os municípios fronteiriços. Pode-se observar que a mancha urbana se torna mais contínua, que vai indicar um processo de adensamento e expansão horizontal das cidades.

Na imagem de 2016, fica evidente que o processo de conurbação está ocorrendo na região. O espaço urbano já ocupa boa parte da área central, reduzindo a distinção entre núcleos urbanos de cada país. Percebe-se uma fragmentação das áreas vegetadas ainda existentes. Ocorre o predomínio de áreas urbanizadas sobre a presença agrícola vista anteriormente.

Já na imagem de 2024, temos a expansão urbana já consolidada em um espaço contínuo, e a mancha urbana assumindo um caráter policêntrico e transfronteiriço. A dinâmica territorial já configura uma metrópole regional que avança sobre as fronteiras nacionais, reforçando a ideia de que a tríplice fronteira não pode ser entendida como unidades urbanas isoladas, mas sim como um sistema integrado de cidades.

3. Desafios Comuns da Conurbação Transfronteiriça

Ao se referir a conurbação transfronteiriça é necessário entender o conceito de território, ou seja, espaço delimitado por uma fronteira, a qual é concebida não apenas como uma linha jurídica que separa Estados, mas sobretudo como um espaço de contato e trocas sociais, culturais e econômicas (AZEVEDO e SERRA, 2023).

Conurbação, nada mais é que a união física, através da expansão urbana horizontal, de duas ou mais cidades, onde o limite entre elas desaparece, formando uma grande mancha urbana contínua, que muitas vezes irá gerar grandes regiões metropolitanas (BRAGA *et al*, 2011).

No caso de uma conurbação transfronteiriça, isto ocorre em localizações de países diferentes. No Brasil existem 33 cidades consideradas cidades-gêmeas² ou transfronteiriças, quatro delas ficam no Paraná segundo a Confederação Nacional de

² Portaria nº 2.507 de 05/10/2021. Art. 1º “Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação comum a localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”.

Municípios, Barracão, Foz do Iguaçu, Guaíra e Santo Antônio do Sudoeste. Estas cidades se unem por laços econômicos, sociais e culturais, que se manifestam no dia a dia das populações (CNM, 2025, BRASIL (MDR), 2021).

A conurbação que caracteriza a Tríplice Fronteira Paraguai-Brasil e Argentina, mostra tanto as potencialidades de uma região transnacional quanto os limites estruturais impostos pela ausência de uma governança compartilhada. O crescimento urbano acelerado e desordenado, aliado à diversidade cultural, econômica e política, impõe desafios que extrapolam as fronteiras nacionais e exigem soluções integradas

Nas regiões fronteiriças, o cotidiano tende a criar uma dinâmica própria de cooperação entre os Estados, mas esta dinâmica não ocorre de forma isolada, ela se completa com as assimetrias institucionais. Isso é visto na Tríplice Fronteira, o fluxo de pessoas e mercadorias acabam criando uma integração cotidiana (integração de fato), o que não ocorre institucionalmente. Pode-se traduzir 4 eixos principais para essas assimetrias: sociais, ambientais, urbanos e de infraestrutura.

3.1 Questões Urbanas e Infraestruturais

Um dos grandes problemas desta assimetria encontrada na fronteira é a falta de um planejamento conjunto entre os países. O que se percebe na questão urbanística, neste caso, é uma expansão urbana marcada por um crescimento irregular, com ocupações informais e infraestrutura deficiente em áreas insalubres, além do avanço em áreas de proteção ambiental, sobretudo em *Ciudad del Leste* e *Puerto Iguaçu*, com algumas situações pontuais em Foz do Iguaçu. O crescimento populacional principalmente na *Ciudad Del Este* e sua região Metropolitana (*Presidente Franco, Hernandarias e Minga Guazú*), dão margens a esta situação na região (GARCÍA-CALABRESE *et al*, 2021).

Quando nos reportamos a infraestrutura, no caso da tríplice fronteira, um dos principais elementos de discussão diz respeito ao transporte público, uma vez que estes não estão integrados entre os três países, o que dificulta a mobilidade cotidiana de trabalhadores e estudantes transfronteiriços, elevando custos e barreiras de acesso a serviços, colocando em risco turistas ao utilizarem transportes alternativos irregulares (NUÑEZ, 2009).

Na Tríplice Fronteira, a disponibilidade heterogênea de infraestrutura (saúde, saneamento, educação e serviços) entre Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú* evidencia a necessidade de instrumentos de planejamento transnacionais e acordos de cooperação operacional, como ocorre na Europa (Quadro 1), onde conurbações transfronteiriças podem se organizar em estruturas de cooperação institucionalizadas (PERKMANN, 2003)

Quadro 1 - Quadro comparativo das Regiões Transfronteiriças na Europa e na Tríplice Fronteira

Aspecto	Europa (CBRs/Euroregiões)	Tríplice Fronteira (BRA-PAR-ARG)
Origem	Iniciadas nos anos 1950 (EUREGIO DE-NL); expansão nos anos 1990 com apoio da UE (<i>Interreg</i>).	Cooperação informal histórica (comércio, turismo, fluxos de trabalho). Ausência de estrutura institucional estável.
Base institucional	Estruturas formais (conselhos, secretariados, tratados como a Convenção de Madrid de 1980).	Não há tratado trinacional específico; relações dependem de acordos bilaterais e de iniciativas pontuais de governos locais.
Financiamento	Fortemente sustentado por fundos da União Europeia (<i>Interreg</i> , Phare, Tacis).	Sem fundo regional específico. Projetos dependem de convênios federais, organismos internacionais (Mercosul, Itaipu Binacional) ou recursos municipais isolados.
Escala	Predominam os micro-CBRs (áreas de 50–100 km de largura; 1–3 milhões de habitantes).	Região metropolitana trinacional com cerca de 1 milhão de habitantes distribuídos em três cidades conurbadas.
Atuação principal	Planejamento territorial, transporte, desenvolvimento econômico local, meio ambiente, cultura e turismo.	Foco em comércio transfronteiriço, turismo (Cataratas/Itaipu), transporte e segurança pública. Cooperação ambiental e urbana incipiente.
Nível de integração	Estruturas formais e contínuas, com planos estratégicos conjuntos.	Cooperação fragmentada, geralmente emergencial ou sazonal, sem planejamento integrado de longo prazo.
Limitações	Dependência de financiamento europeu; poder político limitado frente aos Estados.	Ausência de institucionalização; tensões nacionais (segurança, contrabando, câmbio) dificultam cooperação.
Potencial futuro	Consolidação como instrumentos de governança multinível.	Criação de um “ Consórcio Trinacional de Municípios ” inspirado nas Euroregiões, aproveitando iniciativas do Mercosul e apoio de Itaipu Binacional. Quando??

Fonte: PERKMANN, 2003.

3.2 Questões Sociais

As assimetrias sociais são evidentes. Enquanto o Brasil oferece serviços de saúde pública acessíveis via Sistema Único de Saúde (SUS), Paraguai e Argentina apresentam limitações institucionais e de acesso. Isso gera fluxos migratórios

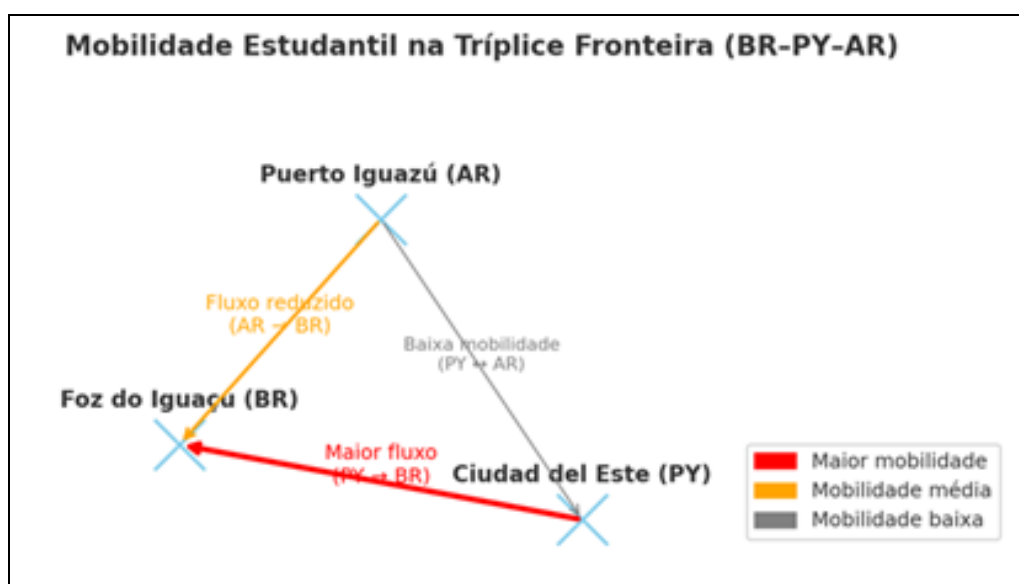
cotidianos em busca de atendimento, criando sobrecarga nos serviços brasileiros (AVELAR, 2018).

Esta é uma questão que gera uma tensão de soberania nacional e direitos humanos, demonstrando que falta um consenso sobre quem tem direito a saúde e como ela deva ser garantida. Muitos paraguaios, assim como argentinos, conseguem endereços falsos em Foz do Iguaçu para terem acesso ao SUS o que revela uma urgência no fortalecimento de um debate local sobre as políticas de saúde inclusiva, de integração regional por meio de acordos sanitários e educacionais, uma vez que esta questão também ocorre na área educacional, com alunos frequentando o ensino fundamental e médio no Brasil (ARENHART, 2022)

Na educação, embora existam universidades que atraem estudantes de diferentes nacionalidades, a integração ainda é pontual e carece de políticas regionais consistentes. A educação na Tríplice Fronteira é marcada por contradições entre integração regional e barreiras nacionais, pela dependência de políticas neoliberais vigentes nestes países e por uma mobilidade estudantil assimétrica, que evidencia desigualdades sociais e educacionais entre os três países (FRASSON, 2019).

A figura 4 representa os principais fluxos de mobilidade estudantil entre Brasil, Paraguai e Argentina

Figura 4 – Mobilidade Estudantil na tríplice fronteira



Org. Garcia 2025, baseado em: FRASSON, 2019.

Esta assimetria educacional conforme mostra a figura 4, ocorre devido a procura por escolas e universidades em Foz do Iguaçu, tanto do Paraguai quanto da Argentina, mesmo tendo o Paraguai um grande contingente de estudantes de medicina oriundos do Brasil, além destes aspectos de nível superior é importante destacar que uma parcela significativa da mobilidade transfronteiriça entre o Paraguai e o Brasil também ocorre nos níveis da educação básica e secundária. Muitos alunos cruzam diariamente a fronteira para frequentar escolas que oferecem melhores condições de infraestrutura, programas educacionais diferenciados ou por razões familiares e laborais.

A tríplice fronteira é um espaço de diferentes grupos sociais que interagem motivados por interesses econômicos, turísticos e migratórios. Estes interesses produzem tanto encontros amistosos, quanto tensões culturais e desigualdades sociais. Este processo tem origem nos fluxos migratórios, principalmente da década de 60 e 70, que vão contribuir para uma dinâmica local híbrida, caracterizada pela circulação constante de brasileiros, paraguaios e argentinos. Apesar destas diferenças, a música, a língua, as práticas comerciais revelam formas de integração, mas também de preconceito e diferenciação entre os povos.

Segundo Nogueira e Clemente (2011, p. 4) “a tríplice fronteira é palco de diversas experiências sociais nem sempre portadoras de vínculos comunitários densos e muito menos presos ao território da tríplice. No entanto, são relações sociais com conteúdo simbólicos significativos para as pessoas que ali se movimentam e ou vivem”. Fato que aponta que a identidade cultural local não é estática, mas resultado desta identidade híbrida das populações que convive com tensões relacionadas a estigmas e discursos securitizados sobre a fronteira (SANTA BÁRBARA; HAESBAERT, 2009; NOGUEIRA E CLEMENTE, 2011).

3.3 Questões Ambientais

Como visto até agora, a tríplice fronteira apresenta um processo de conurbação urbana, sendo limitada apenas por acidentes geográficos. A conurbação não respeita fronteiras nacionais, mas as políticas públicas ainda são predominantemente nacionais e fragmentadas. Isto é visto com o crescimento desigual e os limites ambientais distintos.

O avanço da mancha urbana exerce pressão sobre áreas de preservação, como o Parque Nacional do Iguazu e o entorno do Rio Paraná, isto pode ser observado nas imagens de satélite da figura 3, A ocupação de áreas de risco, a poluição dos corpos d'água e o desmatamento em zonas periurbanas colocam em risco a sustentabilidade da região. A falta de coordenação entre os três países em matéria de licenciamento ambiental e políticas de uso do solo amplia os riscos ambientais (GARCIA-CALABRESE et al., 2021).

Ciudad del Este e sua região metropolitana mais próxima a fronteira, representados por Presidente Franco, Hernandarias e *Minga Guazú*, destacam-se pelo dinamismo populacional e econômico, enquanto Foz do Iguazu e Puerto Iguazú enfrentam restrições físicas com leis ambientais, ambientais mais rígidas em razão das áreas de proteção inseridas no seu território, tais como o Parque Nacional do Iguazu (CURY e FRAGA, 2013).

Diante destas questões para que ocorra um desenvolvimento sustentável e equilibrado, a gestão territorial e ambiental conjunta seria necessária para que questões como gestão de resíduos, saneamento básico, mobilidade transfronteiriça, proteção de mananciais e a pressão sobre as unidades de conservação, não tenham impactos de grande monta, uma vez que a falta de um planejamento integrado pode levar à degradação ambiental compartilhada, como a poluição dos rios Iguazu e Paraná, ou à sobrecarga dos atrativos turísticos comuns, base da economia regional (CURY e FRAGA, 2013).

3.4 Segurança e Economia Informal

A tríplice fronteira é caracterizada pelas assimetrias políticas, econômicas e sociais, na segurança não é diferente. Ao mesmo tempo em que favorece fluxos culturais e comerciais, também gera vulnerabilidades devido à falta de um equilíbrio legislativo, à desigualdade de investimentos em infraestrutura de controle e à limitada cooperação entre os Estados caracterizam esta dinâmica (FAGUNDES; RÜCKERT, 2019).

O comércio informal e o contrabando são práticas consolidadas na região, sustentando milhares de famílias, mas a comunidade internacional frequentemente associa a Tríplice Fronteira a riscos transnacionais, como narcotráfico, contrabando e

redes ilícitas, reforçando a percepção externa da fronteira como espaço de ilegalidade. O contraste entre a economia formal, regulada pelos Estados, e a economia informal, reconhecida socialmente, cria tensões permanentes (THEODORO, 2002).

Fagundes e Rückert (2019) ressaltam que essa percepção tende a superdimensionar ameaças sem considerar as práticas sociais e econômicas legítimas que sustentam a vida cotidiana da região vá além da ótica meramente securitária e leve em conta os processos de interdependência cultural, migratória e comercial que estruturam a fronteira.

Todo esse processo mostra que as assimetrias institucionais dificultam a efetividade de estratégias conjuntas de segurança. Por exemplo, o Brasil possui uma melhor capacidade técnica e orçamento para monitoramento de fronteiras, já a Argentina e Paraguai enfrentam limitações estruturais. Essa assimetria mostra que a vulnerabilidade de um dos lados impacta diretamente toda a dinâmica fronteira. A securitização da região obscurece os aspectos positivos da integração cotidiana, reforçando estigmas que dificultam a cooperação internacional (HAESBAERT, 2014, FAGUNDES; RÜCKERT, 2019).

4. O Mercosul e a Agenda de Cooperação Fronteira: Avanços e Limitações

O Mercosul, bloco econômico criado em 1991, composto por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, tem como uma de suas finalidades a promoção da integração econômica, política e social entre os países membros, inicialmente com ênfase no comércio e na abertura econômica. Entretanto, as fronteiras, historicamente marcadas por assimetrias e tensões, foram incorporadas gradualmente à agenda do bloco como espaços estratégicos de cooperação. A Tríplice Fronteira, por sua densidade populacional e relevância estratégica, representa um espaço privilegiado para a materialização dessa integração. Apesar dos avanços conquistados até agora ainda convivem com problemas intrínsecos de sua organização que comprometem sua efetividade (CORREA E OLIVEIRA, 2012; CRUZ, 2021; PESSOA e SOUZA, 2021).

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina constitui um exemplo das potencialidades e fragilidades da agenda de cooperação fronteira do Mercosul. Um espaço marcado por intensos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, que favorecem a integração econômica e cultural entre Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e

entorno e *Puerto Iguazú*. Mas também expõem as limitações estruturais através da associação de problemas como contrabando, redes ilegais e discursos securitários que reforçam a imagem da área como foco de instabilidade (CRUZ, 2021; PESSOA e SOUZA, 2021).

Neste espaço transfronteiriço, revela-se a força da paradiplomacia através de iniciativas locais de cooperação e a possibilidade de integração, mas a ausência de políticas regionais consistentes e de maior apoio institucional por parte do Mercosul dificulta a transformação desses arranjos em políticas permanentes. Assim, a Tríplice Fronteira ilustra o caráter ambíguo da agenda: espaço privilegiado para experimentação de soluções cooperativas, mas ao mesmo tempo palco de tensões que limitam o alcance das iniciativas integracionistas. Nesse contexto, o Acordo Paraguai-Brasil sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em 2023, representa um avanço bilateral importante, ao reconhecer formalmente as interações diárias entre municípios fronteiriços e criar instrumentos que possam fortalecer a cooperação local, servindo de referência para iniciativas mais amplas no âmbito regional.

4.1 Governança jurídica e institucional na Tríplice Fronteira

Ao se referir a governança jurídica das regiões transfronteiriças deste trabalho, estamos nos referindo ao conjunto de normas, acordos, competências institucionais e mecanismos legais que regulam a cooperação entre entes subnacionais e Estados nacionais em espaços marcados por intensos fluxos de pessoas, bens e serviços, como ocorre na tríplice fronteira. Diferentemente da governança política ou administrativa, a governança jurídica envolve a harmonização normativa e a criação de instrumentos legais capazes de viabilizar políticas públicas compartilhadas em áreas como saúde, mobilidade, meio ambiente, planejamento urbano e segurança (PERKMANN, 2003; DECOVILLE et al., 2013).

Quando o tema é a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, observa-se que existe uma integração cotidiana já consolidada, sustentada pelas práticas sociais e econômicas da população local, mas vem desacompanhada de uma governança jurídica institucionalizada. Como já abordado anteriormente essa assimetria gera um quadro no qual a cooperação ocorre de fato, porém legalmente

permanece fragilizada, uma vez que os sistemas jurídicos nacionais operam de forma fragmentada e, muitas vezes, contraditória (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014; SANTA BÁRBARA; HAESBAERT, 2009).

Podemos ver a ausência de acordos operacionais trinacionais o que mostra a fragilidade jurídica para atuar junto ao transporte público transfronteiriço, nas limitações legais para o atendimento em saúde de populações estrangeiras, nas divergências normativas relacionadas ao licenciamento ambiental e no tratamento predominantemente nacional das políticas de segurança. Podemos dizer que tais limitações evidenciam que, embora a região apresente características de uma metrópole transfronteiriça em formação, não dispõe de instrumentos jurídicos capazes de sustentar uma governança integrada de longo prazo.

O Mercosul tem avançado de forma gradual na incorporação das fronteiras à sua agenda, mas infelizmente sua estrutura institucional apresenta baixa capacidade de uma atuação direta no nível local. As decisões do bloco possuem caráter predominantemente intergovernamental e dependem da internalização normativa pelos Estados-membros, o que limita sua efetividade em territórios transfronteiriços tão complexos como a Tríplice Fronteira (PERKMANN, 2003; CORRÊA; OLIVEIRA, 2012).

Recentemente, ocorreu um acordo chamado de Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre Brasil e Paraguai, firmado em 2023, representam avanços importantes ao reconhecer juridicamente as interações cotidianas entre municípios fronteiriços. Apesar disso, não foi um acordo trilateral, evidenciando a ausência de um instrumento jurídico trinacional permanente, capaz de abranger de forma integrada os três países envolvidos.

Como colocado até agora, a Tríplice Fronteira configura-se como um espaço no qual a governança jurídica permanece incipiente, contrastando com a intensidade das dinâmicas urbanas e sociais. Por esta razão é necessário a superação desse descompasso, exigindo a criação de mecanismos jurídicos trinacionais estáveis, inspirados em experiências internacionais como as Euroregiões, capazes de institucionalizar a cooperação e sustentar políticas públicas compartilhadas no âmbito do Mercosul.

5. Discussão

Ao analisarmos a mancha urbana da Tríplice Fronteira percebe-se que este espaço transnacional pode ser visto como um laboratório de integração e contradições. A região apresenta um crescimento acelerado em *Ciudad del Este* e sua região metropolitana (*Hernandarias, Minga Guazú, Presidente Franco*) assim como em Foz do Iguaçu, processo que ocorre de forma mais restrita em *Puerto Iguazú*, mostrando que neste processo não pode ser compreendida por uma lógica nacional e sim por uma leitura multiescalar (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014).

Ao observarmos os dados demográficos e territoriais verifica-se que urbanização foi marcada por processos distintos de expansão: no Paraguai, com forte verticalização e pressão por moradia; no Brasil, com expansão orientada ao turismo; e na Argentina, com crescimento limitado pela fragilidade de infraestrutura. A partir desta observação, que demonstra uma heterogeneidade, reforça a existência das assimetrias urbanas, ambientais e sociais.

Um comparativo entre a Tríplice Fronteira e as Euroregiões, apresentadas no quadro 1, mostra que embora existam semelhanças quanto à circulação de pessoas, mercadorias e serviços, existe a ausência de institucionalização formal no contexto sul-americano. Demonstra que um dos principais entraves para a consolidação de um modelo de governança compartilhada é exatamente a falta desta institucionalização formal. Enquanto a Europa criou estruturas sólidas de cooperação, a tríplice fronteira segue seu caminho orientado por acordos bilaterais e práticas informais, dependentes de conjunturas políticas nacionais muitas vezes contraditórias.

Outra questão, é que a região apresenta desafios sociais, como saúde e educação, que apontam para uma integração real, marcada pelo cotidiano da população, mas não acompanhada por uma integração institucional. Isso gera tensões de soberania, como no caso da busca de atendimento médico no Brasil que recebe uma pressão da comunidade internacional local ou da mobilidade estudantil transnacional.

Apesar destas incongruências, a região também apresenta potencialidades: a intensa circulação de bens, o turismo das Cataratas e de Itaipu, a diversidade cultural e a presença de universidades são elementos que poderiam consolidar a região como um polo integrado do Mercosul. Entretanto, isso depende de políticas públicas que

ultrapassem o caráter emergencial e avancem para estratégias de planejamento compartilhado.

6. Conclusão

Esta pesquisa permitiu compreender que a Tríplice Fronteira Brasil–Paraguai–Argentina constitui uma metrópole transfronteiriça em formação, marcada por um crescimento urbano intenso e pela interdependência social, econômica e cultural. Entretanto como não existe um modelo de governança conjunta, os problemas seguem sendo perpetuados. Problemas como: crescimento urbano desordenado; desigualdades no acesso à saúde e à educação; impactos ambientais nas áreas de proteção; fragilidade da cooperação em segurança e infraestrutura.

Neste contexto o Mercosul aparece como uma solução estratégica para a construção de um novo modelo, mas ainda apresenta limitações em transformar iniciativas locais em políticas de longo prazo. Assim, a Tríplice Fronteira segue como um espaço de integração cotidiana, mas com institucionalização incipiente, o que restringe seu potencial pleno como polo regional integrado. O quadro 2 mostra as potencialidades e limitações identificadas

Quadro 2 – Potencialidades e Limitações da Tríplice Fronteira

Potencialidades	Limitações
Integração econômica via turismo e comércio	Ausência de governança trinacional formal
Diversidade cultural e identidade híbrida	Assimetrias em saúde e educação
Projetos estratégicos (Itaipu, Rota Bioceânica)	Crescimento urbano desordenado
Paradiplomacia municipal e redes acadêmicas	Fragilidade em políticas ambientais conjuntas
Inserção no Mercosul como polo estratégico	Discurso securitário que estigmatiza a região

Para futuras políticas públicas e pesquisas, recomenda-se:

- a) A criação de um Consórcio Trinacional de Municípios, inspirado nas experiências europeias;

- b) O desenvolvimento de planos conjuntos de mobilidade, saúde e educação transfronteiriça;
- c) A integração de mecanismos de licenciamento ambiental e gestão territorial compartilhada;
- d) Um maior investimento em paradiplomacia municipal para fortalecer a cooperação local.

Portanto, a região não pode mais ser entendida como três cidades vizinhas, mas como uma unidade urbana e social interdependente, cuja consolidação depende de articulações multilaterais, especialmente no âmbito do Mercosul. A tríplice fronteira deve se fortalecer, uma vez que hoje, carece de um instrumento jurídico trinacional permanente, o que limita qualquer modelo de governança integrada.

REFERENCIAS

Araujo, E. *Da ponte para cá, antes de tudo é uma história*. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/semana-unilera/cartilha-memoria-de-foz.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2025.

Arenhart, C. G. M.; Rizzotto, M. L. F.; Melara, M.; Carrijo, A. R. *Representações sociais do direito à saúde na fronteira trinacional*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4233–4242, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222711.08702022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kDWGJtrsr7KYVjcXVBbmtQL/>. Acesso em: 25 set. 2025.

Avelar, J. M. B. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento da região das cidades gêmeas de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú*. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3905>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Azevedo, S. T. de; Serra, E. *Conceitos e concepções de fronteira na abordagem geográfica*. *Geoingá – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, v. 15, n. 2, p. 370–395, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/download/65895/751375156692/>. Acesso em: 27 set. 2025

Braga, A. C.; Rigatti, D.; Ugalde, C. M. de; Zampieri, F. *Frontier conurbations: rather than twin cities, a symbiotic outcome of two national cultures and identities*. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/1262604/>. Acesso em: 25 set. 2025.

Corrêa, G. C. P.; Oliveira, T. S. M. de. *Cooperação política entre cidades nas fronteiras do Mercosul*. *Revista Organização Sistêmica*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revistaorganizacao_sistemica/index.php/organizacao_Sistemica/issue/view/7. Acesso em: 26 set. 2025.

Cruz, D. A. M. de O. *A fronteira como possibilidade de cooperação e integração: um breve debate sobre fronteiras e limites a partir dos casos do Mercosul e do Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20Fronteira%20como%20Possibilidade%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20e%20Integra%C3%A7%C3%A3o.docx>. Acesso em: 26 set. 2025.

Ferreira, Mauro José; Fraga, Nilson Cesar. *Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplíce Fronteira: Foz do Iguaçu (Br), Ciudad del Este (Py) e Puerto Iguazú (Ar)*. *Rosa dos Ventos, Caxias do Sul*, v. 5, n. 3, p. 460-475, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547094008.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

Frasson, M. *A educação na Tríplíce Fronteira (BR, PY e AR): tendências neoliberais*. *Revista Latino-Americana de Educação e Estudos Interculturais (RLEEI)*, Teresina, v. 24, n. 43, p. 447–471, set./dez. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1081>. Acesso em: 24 set. 2025.

Garcia-Calabrese, M. V.; Sánchez Ondoño, I.; Jover Martí, F. J. *Análisis de la expansión urbana de las ciudades fronterizas de Ciudad del Este (Paraguay) y de Foz de Iguazú (Brasil)*. In: *América Latina: repercusiones espaciales de la crisis política*. Madrid, 2021, p. 137–149. Disponível em: <https://ruidera.uclm.es/server/api/core/bitstreams/c40b6b77-1274-4b41-b130-652ab93c6319/content>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Haesbaert, R. *Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia, ed. especial do XXI ENGA, p. 1-17, jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27063/14690>. Acesso em: 04 mai, 2025

Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022: resultados provisionales*. Buenos Aires: INDEC, jan. 2023. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/cnphv2022_resultados_provisionales.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

Instituto Provincial de Estadísticas y Censos (IPEC). *Provincia de Misiones: viviendas particulares y población en viviendas particulares, según municipio*. Año 2022. Posadas: IPEC; Buenos Aires: INDEC, 2023. Disponível em: <https://ipecmisiones.org>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Nogueira, Bárbara Freitas Ribeiro; Clemente, Claudelir Corrêa. *Etnografía da Tríplice Fronteira: primeiras aproximações*. *Horizonte Científico*, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/12206> Acesso em: 26 set. 2025.

Núñez, Ana Carolina. *En Puerto Iguazú, Misiones (Arg.): ordenamiento territorial y políticas hegemónicas: una visión crítica*. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 27., 2009, Buenos Aires. Anais [...]. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-062/479>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Pessoa, Luan Oliveira; Souza, Lucas Eduardo Silveira de. *A integração fronteiriça no Mercosul: histórico, balanço e perspectivas nos 30 anos do bloco*. *Brazilian Journal of International Relations*, v.10, n.1, p.222-252, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12556>. Acesso em 27 set. 2025.

Pessoa, Renata Parente Paula. *Em busca de uma definição de policentrismo urbano para as metrópoles brasileiras*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 297-318, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/198/679>. Acesso em: 22 ago. 2025.

Raffestin, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 143 p. (Terceira parte: O território e o poder, p. 1-25). Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/332764/mod_resource/content/1/Por%20uma%20geografia%20do%20poder%20%281%29.pdf. Acesso em 05 mai.2025

Santa Bárbara, M. DE J. e Haesbaert, Rogério. *Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças*. GEOgraphia, v. 3, n. 5, p. 33-46, 21 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13398>. Acesso em: 03 mai 2025

Theodoro, Mario. *O Estado e os Diferentes Enfoques sobre o Informal*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão 919. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/cbac140a-43fd-4975-934e-8abffc06d924/content>. Acesso em: 23 ago 2025.

Valenzuela Arce, José Manoel. *Transfronteras: fronteras del mundo y procesos culturales*. (coordinador). — Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2014. 336 pp. ISBN: 978-607-479-133-4.